

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DO ALIANÇAPREV – JANEIRO DE 2026

Aos 26 dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e seis (2026), às 09:00 horas, na sede do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Aliança – ALIANÇAPREV, realizou-se a primeira reunião ordinária do Conselho Fiscal, regularmente convocada, sob a presidência do(a) Sr.(a) Isabela Vasconcelos dos Santos, Presidente do Conselho Fiscal, contando com a presença dos conselheiros Delazy Maria de Albuquerque e Symone Borba Barros Bezerra Gomes, bem como da Presidente Executiva do Instituto, Sra. Clécia Ribeiro Dias Bezerra, para apreciação, análise e acompanhamento dos assuntos constantes da pauta. Dando início aos trabalhos, foi apresentada a Prestação de Contas referente ao exercício de 2025, pela Sra. Ana Paula, representante da empresa responsável pela assessoria e consultoria contábil do ALIANÇAPREV, a qual expôs os demonstrativos contábeis, orçamentários, financeiros e patrimoniais do exercício, possibilitando ao Conselho Fiscal verificar a conformidade dos registros com a legislação vigente, permanecendo os valores consolidados consignados nos relatórios próprios para fins de controle e fiscalização. Em seguida, foi apresentada a informação consolidada quanto ao total de aposentados e pensionistas vinculados ao regime no exercício de 2025, registrando-se o quantitativo, até o mês de dezembro, de 32 aposentados e 11 pensionistas, dado relevante para o acompanhamento da evolução da folha previdenciária e de seus impactos financeiros, estabelecendo-se dados comparativos do início e final do ano. Na sequência, o Conselho Fiscal tomou ciência da alteração do calendário anual de reuniões para o exercício de 2026, que será colocado também para o Conselho Deliberativo, registrando-se que a referida alteração não compromete o regular exercício das atribuições fiscalizatórias deste colegiado. Dando prosseguimento, foi apresentada a recente situação do Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP, que conseguiu ser emitido na modalidade administrativa, com exposição acerca do seu status atual, dos critérios atendidos e das providências adotadas pela gestão para sua manutenção, ressaltando-se a importância do acompanhamento contínuo desse instrumento pelo Conselho Fiscal. Ainda no âmbito de suas competências, o Conselho apreciou o Plano de Ação e o Plano Anual de Capacitação direcionado à equipe executiva e aos conselheiros, registrando-se que não houve deliberação quanto à sua aprovação, por se tratar de matéria afeta ao Conselho Deliberativo, recomendando-se, contudo, a intensificação das ações de capacitação continuada, bem como o incentivo à certificação profissional de todos os conselheiros titulares e suplentes, como medida de fortalecimento da governança previdenciária. Foi informado também acerca das mudanças ocorridas, no presente exercício, na contratação de empresas prestadoras de serviços em áreas estratégicas da gestão, especialmente nos segmentos atuarial e de investimentos, ficando registrado pelo Conselho Fiscal que tais alterações demandam

acompanhamento permanente quanto à regularidade contratual e à efetividade técnica dos serviços prestados. Na sequência, procedeu-se à verificação e discussão dos valores referentes à folha de pagamento do mês de dezembro e ao pagamento da segunda parcela do décimo terceiro salário dos beneficiários, cujos montantes permaneceram registrados em 2.875.483,64 (dois milhões, oitocentos e setenta e cinco mil, quatrocentos e oitenta e três reais e sessenta e quatro centavos) e 1.425.707,73 (um milhão, quatrocentos e vinte e cinco mil, setecentos e sete reais e setenta e três centavos), respectivamente, para fins de conferência e controle. Por fim, tratou-se do resultado do Índice de Gestão Municipal Previdenciária – IGM-PREV 2024, divulgado pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco – TCE-PE, com especial atenção ao critério de Gestão e Transparência, reconhecendo-se a necessidade de otimizar e intensificar, no exercício em curso, o acompanhamento dos itens de referência vinculados a esse critério, destacando-se que a intensificação das ações voltadas à certificação institucional no Pró-Gestão RPPS até o final do semestre constitui estratégia relevante para o aprimoramento do referido índice. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, as 10:30 h, sendo lavrada a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada por mim Symone Borba Barros Bezerra Gomes e segue assinada pelos demais membros do Conselho Fiscal e participantes desta reunião.

CONSELHO FISCAL

Isabela Vasconcelos dos Santos – Presidente

Ass.: Isabela Vasconcelos dos Santos

Delazy Maria de Albuquerque – Membro

Ass.: Delazy

Symone Borba Barros Bezerra Gomes – Membro

Ass.: Symone

Participações

Clécia Ribeiro Dias Bezerra – Presidente Executiva

Ass.: Clécia Ribeiro